DocuSign Envelope ID: D1BB17BA-378E-479A-839A-D05138F89054

AGROTERENAS S.A. CANA

CNPJ nº 49.894.132/0001-01

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais - R$)

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota	31/03/2022	31/03/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	198.002	56.495
Contas a receber	9	84.864	80.984
Contas a receber - partes relacionadas	11	5.345	264
Estoques	12	122.580	101.241
Ativos biológicos	14	525.141	350.206
Adiantamentos a fornecedores		349	16.399
Impostos a recuperar	13	62.839	3.452
Outros valores e direitos		4.596	5.462
Total do ativo circulante		**1.003.716**	**614.504**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo:			
Contas a receber - partes relacionadas	11	2.754	2.398
Mútuos - partes relacionadas	11	15.613	2.785
Impostos a recuperar	13	31.844	34.163
Instrumentos financeiros derivativos	19	135	-
Outros valores e direitos		4.124	886
		54.470	40.232
Ativos de direito de uso	15	306.514	194.400
Imobilizado	16	742.187	633.348
Total do ativo não circulante		**1.103.171**	**867.980**
Total do Ativo		**2.106.887**	**1.482.484**

Passivo E Patrimônio Líquido	Nota	31/03/2022	31/03/2021
Circulante			
Fornecedores	17	38.578	53.054
Fornecedores - partes relacionadas	11	-	179
Instrumentos financeiros derivativos	19	62.145	4.760
Empréstimos e financiamentos	18	86.071	219.871
Passivos de arrendamento	15	97.914	33.919
Salários e encargos sociais		18.083	15.449
Impostos e taxas		68	181
Adiantamentos de cliente	10	44.807	93.543
Outros valores e obrigações		744	477
Dividendos propostos	22	82.751	38.094
Total do passivo circulante		**431.161**	**459.527**
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	18	388.252	188.693
Fornecedores - partes relacionadas	11	11.196	10.515
Instrumentos financeiros derivativos	19	-	28.168
Passivos de arrendamento	15	216.040	162.711
Provisão para contingências	20	9.949	7.290
IR e contribuição social diferidos	21	330.887	153.560
Adiantamentos de cliente	10	77.428	65.384
Outros valores e obrigações		18	118
Total do passivo não circulante		**1.033.770**	**616.440**
Total do passivo		**1.464.931**	**1.075.966**
Patrimônio Líquido	22		
Capital social		287.427	287.427
Reserva de lucros		354.529	119.091
Total do patrimônio líquido		**641.956**	**406.518**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**2.106.887**	**1.482.484**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais - R$)

			Reserva de Lucros			
	Nota	Capital social	Legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de Março de 2020		**287.427**	**-**	**-**	**(5.874)**	**281.553**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	162.059	162.059
Dividendos propostos		-	-	-	(37.094)	(37.094)
Constituição de reservas		-	7.809	111.282	(119.091)	-
Em 31 de Março de 2021		**287.427**	**7.809**	**111.282**	**-**	**406.518**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	344.213	344.213
Dividendos - estornados do ano anterior	22 (c)	-	-	37.094	-	37.094
Dividendos proposto	22 (c)	-	-	-	(81.751)	(81.751)
Distribuição de Dividendos exercícios anteriores	22 (c)	-	-	(64.117)	-	(64.117)
Constituição de reservas	22 (b)	-	17.211	245.252	(262.462)	-
Em 31 de Março de 2022		**287.427**	**25.020**	**329.509**	**-**	**641.956**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	2022	2021
Receita Líquida de Vendas	23	**967.784**	**603.120**
Variação do Valor Justo	14 e 12	**130.687**	**158.159**
Custos dos Produtos Vendidos	24	**(503.893)**	**(402.166)**
Lucro Bruto		**594.578**	**359.113**
Receitas (despesas) operacionais:			
Gerais e administrativas	24	(37.601)	(33.742)
Participação de funcionários	24	(7.493)	(7.279)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	24	74.893	3.486
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**624.377**	**321.578**
Resultado financeiro:	25		
Receitas financeiras		11.010	2.264
Despesas financeiras		(113.849)	(78.213)
		(102.839)	(75.949)
Lucro Antes do IR e da CS		**521.539**	**245.629**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	21	(121.776)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21	(55.549)	(83.570)
Lucro Líquido do Exercício		**344.213**	**162.059**
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ações - Em Reais		**1,20**	**0,56**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de reais - R$)

	2022	2021
Lucro Líquido do Exercício	**344.213**	**162.059**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**344.213**	**162.059**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais - R$)

Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais	Nota	2022	2021
Lucro antes do IR e da contribuição social		521.539	245.629
Ajustes:			
Marcação a mercado de derivativos	19	29.082	39.672
Depreciação e amortização	24	168.521	144.778
Resultado da alienação de imobilizado	16	(2.647)	(1.464)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e mútuo	18	39.273	20.417
Realização de AVP - passivos de arrendamentos	25	24.317	6.139
Variações no ativo biológico - valor justo	14	(108.117)	(126.703)
Valor justo - parcerias agrícolas	14	(30.070)	(18.562)
Valor justo - produtos agrícolas	12	(5.394)	(12.894)
Reversão valor justo - produtos agrícolas	12	12.894	-
Provisões para contingências	20	2.680	129
Provisão para perda esperada de recebíveis	9	-	6.175
Provisão para itens obsoletos	12	714	354
Variação no capital circulante líquido			
Contas a receber		(3.880)	(26.988)
Contas a receber - Partes Relacionadas		(18.265)	(40)
Estoques		(16.657)	(39.667)
Ativos biológicos		(66.818)	(22.166)
Impostos a recuperar		(57.068)	(2.214)
Outros valores e direitos		(2.369)	(2.588)
Adiantamento a fornecedores		14.697	(10.141)
Depósitos judiciais		(21)	250
Fornecedores e fornecedores partes relacionadas		(13.975)	27.898
Adiantamento de clientes		(36.692)	20.004
Salários e encargos sociais		2.634	(454)
Impostos e taxas		(113)	59
Outros valores e obrigações - circulante e não circulante		167	(221)
Caixa gerado pelas operações		454.430	247.402
Juros pagos	18	(26.908)	(23.317)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		427.522	224.085
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Valor recebido pela venda de imobilizado	16	4.175	1.811
Aquisições de ativo imobilizado	16	(265.765)	(172.607)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(261.590)	(170.796)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Captações de empréstimos e financiamentos	18	202.999	75.900
Captações de empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	18 e 11	64.000	50.020
Amortização de empréstimo e financiamentos - principal	18	(164.186)	(179.049)
Dividendos pagos	22	(64.117)	-
Amortização de passivos de arrendamentos	18	(13.701)	(9.456)
Pagamento de mútuo - parte relacionada	18	(49.420)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(24.425)	(62.585)
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		**141.507**	**(9.292)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		56.495	65.787
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		198.002	56.495
Itens que não afetam o caixa			
Transferência amortização direito de uso para planta portadora - Imobilizado		10.289	9.677
Transferência amortização direito de uso para tratos - Ativo Biológico		56.969	34.269
Adições de direito de uso de arrendamentos e remensuração		(189.988)	(77.471)
Baixa de passivo por pagamento com entrega de cana de açúcar		(87.039)	(58.968)
Adições de passivo de arrendamentos e remensuração		189.757	84.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais - 1.1. Contexto operacional - A Agroterenas S.A. Cana (“Companhia” ou “Cana”) tem sede no município de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, e filiais nos municípios de Assis - SP, Santa Cruz do Rio Pardo - SP, Rio Brilhante - MS e Água Boa - MT, tendo como principal atividade a exploração agrícola na modalidade cana-de-açúcar, grãos (soja) e pecuária. A Companhia é fornecedora de cana-de-açúcar para a Raízen Ltda., em 2022, foi responsável por 69,93% (74,20% em 2021) da receita bruta gerada pela Companhia, mantendo elevado grau de dependência deste cliente. A Companhia é parte integrante do Grupo Agroterenas (“Grupo Agroterenas” ou “Grupo”) que é composto pelas seguintes empresas: • Agroterenas S.A. Administração e Participações (“Agroterenas Participações”); • Agroterenas Terras Ltda. (“Terras”); • Agroterenas Citrus Ltda. (“Citrus”); • Agroterenas Industrial Citrus Ltda. (“Industrial Citrus”); • Agroterenas International E.C. (“International”). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 08 de julho de 2022.

2. Base de preparação - As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos, são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. Resumo das principais políticas contábeis - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação -** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **3.3. Ativos financeiros - 3.3.1. Classificação -** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado; • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá se a Companhia fez ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial. **3.3.2. Reconhecimento e mensuração -** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são reconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado, ao valor justo por meio do resultado dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (“impairment”) em um ativo financeiro ou um a de ativos não financeiros. A Companhia não identificou evidência de “impairment” para os exercícios findos em 31 de março de 2022 e de 2021. **3.3.3. Instrumentos de dívida -** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando esses representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por “impairment” são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado; • Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para a coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por “impairment”, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de “impairment” são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **3.3.4. “Impairment” de ativos financeiros -** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de “impairment” aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **3.3.5. Compensação de instrumentos financeiros -** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **3.4. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge” -** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. O valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos é reconhecido imediatamente no resultado em “Resultado de operações com instrumentos derivativos”, no resultado financeiro. Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de “hedge” estão divulgados na nota explicativa nº 19. Os derivativos são classificados no ativo ou passivo circulante. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos com o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuações na taxa de câmbio e nos preços das “commodities” e não são utilizadas para fins especulativos. A Companhia não adota a contabilidade de “hedge”. **3.5. Contas a receber -** As contas a receber de clientes correspondem as vendas de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, excedendo tal prazo, estão são apresentados no ativo não circulante. Inicialmente são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas (“PECLD”). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para “impairment”, se necessária. **3.6. Estoques -** Os estoques demonstrados pelo custo das compras, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicáveis, e valor justo dos ativos biológicos na data do corte, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. **3.7. Arrendamentos -** A Companhia possui contratos de arrendamentos e parcerias agrícolas (terras), locação de veículos e imóveis. Os arrendamentos e parcerias agrícolas representam substancialmente parcela da totalidade dos contratos abrangidos pela norma. As principais características destes contratos são as seguintes: **I. Contratos de Parceria Agrícola:** Os contratos de parceria agrícola refletem uma negociação, onde os parceiros proprietários transmitem ao parceiro agricultor o direito de uso de suas respectivas propriedades. Na ocasião, o proprietário concorre ao negócio com a terra nua e limita seu uso ao cultivo de cana de açúcar, sua remuneração é tida a partir de um percentual definido em contrato que lhe dá direito a uma participação do quantum produzido. A referida participação do proprietário é comercializada por ele com um terceiro, na qual a Companhia também mantém relações comerciais, desta forma tanto a produção da Companhia quanto a do proprietário serão entregues pela Companhia no momento de sua colheita. Seus saldos são atualizados utilizando como referência o CONSECANA-SP, a quantidade estimada de produção da área contratada e o prazo acordado em contrato estão demonstrados no direito de uso, contudo, para esses contratos não existe um desembolso financeiro por parte da Companhia, pois os valores pagos aos proprietários decorrem diretamente do terceiro que realizou o contrato de compra e venda. **II. Contratos de Parceria Agrícola Pura:** Os contratos de parceria agrícola pura, onde ocorre a partilha física do produto, e existe a divisão de todos os riscos e benefícios, sem indexação de preço ou de índices atrelados a produção da terra, e que além disso, a parceria é livre para negociar sua parte com qualquer cliente, não é considerado como arrendamento. **III. Contratos de Arrendamentos:** Os arrendamentos possuem características semelhantes as parcerias agrícolas, porém nesse caso, os proprietários não possuem nenhum risco sobre a produção, pela qual recebem da Companhia o quantum financeiro previamente combinado em contrato, pelo aluguel de suas propriedades, nos arrendamentos a Companhia exerce o direito de uso da terra e obtém todo o fruto dela extraído. Os contratos de arrendamentos de terras são puramente arrendamentos, onde a Companhia fica com todo o risco da produção, e realiza um pagamento de “aluguel” ao arrendatário. Os valores desses contratos seguem a mesma linha que os contratos de parcerias para atualização dos saldos, sendo utilizado como referência o preço CONSECANA-SP, a quantidade de produção definida em contrato e o prazo acordado, contudo, para esses casos existe um desembolso financeiro por parte da Companhia para os pagamentos aos arrendatários. A Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de extinção de seus arrendamentos. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de extinção) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou não será extinto). A Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento sempre que realiza uma operação de arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados inicialmente pelo custo do contrato, a valor presente, e posteriormente, deduzindo a depreciação acumulada e as perdas ao valor recuperável, e sofrem reajustes, com base na remensuração dos saldos, pois o cálculo é feito utilizando o CONSECANA-SP conforme definido em contrato. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos; • Quaisquer custos diretos iniciais; • Custos de restauração. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia como taxa de desconto. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • Pagamentos fixos (incluindo pagamentos que podem ser considerados variáveis, mas, em essência, são fixos (“in-substance fixed payments”), menos incentivos de arrendamentos a receber; • Pagamentos de arrendamentos variáveis baseados em algum índice ou taxa; • Valores a serem pagos pelo arrendatário sob garantias de valores residuais; • O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer a opção; • Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se os termos do arrendamento contemplarem o exercício da opção por parte do arrendatário. Os arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros incremental do arrendatário, sendo está a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. **3.8. Depósitos judiciais -** Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante da Companhia ou, caso existam provisões correspondentes constituídas no passivo não circulante líquido dessas provisões (nota explicativa nº 20). **3.9. Outros valores e direitos -** Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo. **3.10. Imobilizado -** Veículos e máquinas agrícolas correspondem, substancialmente, aos custos de aquisição de bens utilizados nas atividades agrícolas de plantio, tratos e colheita, demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a estimativa de vida útil dos bens às taxas divulgadas na nota explicativa nº 16. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (nota explicativa nº 16). Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil líquido, e são incluídos no resultado. **3.11. Ativo biológico -** Os ativos biológicos compreendem o plantio e cultivo cana-de-açúcar e grãos (Soja, Milho e Sorgo) e são mensurados ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda, a partir do momento em que possuírem transformação biológica significativa. Até essa data, o custo incorrido é considerado como sendo o valor justo do ativo biológico. O ciclo produtivo da cana-de-açúcar tem em média cinco anos após o plantio, e os grãos constituem uma cultura temporária cujo ciclo dura menos de 1 (um) ano. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 14. O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo dos ativos biológicos e os custos incorridos com o plantio e tratos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, quando aplicável, sendo registrado no resultado do período na rubrica “Variação no valor justo”. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos no momento da colheita é determinado pela diferença entre o seu valor justo nesse momento e o valor justo apurado na última avaliação efetuada. Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou, quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material (basicamente no caso de lavouras plantadas há poucos dias do encerramento das demonstrações financeiras ou culturas de ciclo curto) sendo que, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo. A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condições de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. O valor justo dos ativos biológicos da Companhia representa o valor dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas pela Administração da Companhia. **3.12. “Impairment” de ativos não financeiros -** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, se existentes, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de “impairment”. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGCs). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido “impairment”, são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do “impairment”. **3.13. Fornecedores -** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o curto prazo de vencimento, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.14. Empréstimos e financiamentos -** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo e/ou financiamento são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou toda a dívida seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade da dívida, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo e/ou financiamento ao qual se relaciona. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.15. Provisões -** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **3.16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido -** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda (alíquota de 15% acrescida de alíquota adicional de 10% para o valor que exceder R$240 mil ao ano) e de 9% para a contribuição social. Os créditos de tributos diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações. Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os créditos contra os débitos fiscais correntes e quando os tributos diferidos créditos e débitos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **3.17. Benefícios a empregados - a) Obrigações de aposentadoria -** A Companhia faz contribuições para plano de seguro de pensão em previdência privada, conforme norma interna específica, na modalidade de contribuição definida. A contribuição pode ser contratual e voluntária e a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento após as contribuições já efetuadas. As contribuições são reconhecidas como dispêndio/despesa de benefícios a empregados quando devidas. A Companhia, além desse benefício mencionado, não possui qualquer outro plano de benefício pós-emprego aos empregados. **b) Participação nos lucros -** A Companhia possui remuneração variável a seus colaboradores, a partir dos resultados operacionais e econômico obtidos. As regras são definidas por um comitê interno que define as premissas a serem consideradas e são aprovadas pelo sindicato. Após o encerramento do exercício social é constituído um passivo e uma despesa de participação nos resultados. **3.18. Capital social -** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **3.19. Reconhecimento de receita -** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **a) Venda de produtos -** As receitas de vendas são reconhecidas na demonstração do resultado quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de perda são transferidos para o cliente, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritos ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. Uma receita não é reconhecida se há incerteza quanto à sua realização. Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado. **b) Componentes de financiamento -** A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo. **c) Receita financeira -** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **3.20. Demais receitas e despesas -** As demais receitas e despesas são registradas ao resultado do exercício, de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas -** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período, estão contempladas a seguir: **a) Valor justo do ativo biológico -** O valor justo do ativo biológico representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. Essa avaliação é realizada conforme orientações do CPC 29, e considera a melhor estimativa da Companhia na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana e soja, na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, à produtividade estimada dessas lavouras, aos preços futuros estimados dessas “commodities”, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, ao custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes a colheita dessas “commodities” (nota explicativa nº 14). **b) Tributos diferidos -** A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os créditos tributários diferidos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. **Revisão da vida útil do ativo imobilizado -** Depreciação e vida útil estimada: é calculada para cada classe de ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado; a vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados e ajustados, caso aplicável, ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **c) Provisão para contingências -** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **d) Taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário -** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa média ponderada de empréstimo incremental do arrendatário aplicada aos passivos de arrendamento em 31 de março de 2022 ficou entre 11,29% e 7,63%, alocadas a cada contrato de acordo com o prazo contratual remanescente deles. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A taxa incremental é determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. **e) Determinação do prazo de arrendamento -** Foram considerados julgamentos críticos na determinação do prazo do arrendamento, onde a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de extinção. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de extinção) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou não será extinto). Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete tal avaliação e que esteja sob o controle do arrendatário. **5. Gestão de risco financeiro -** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui as seguintes diretrizes que orientam suas operações em relação a instrumentos financeiros, as quais estão aprovadas pela Administração: (i) Diretriz de crédito e liquidez, que orienta as aplicações do caixa da Companhia, observando riscos das contrapartes, dos instrumentos de créditos e de liquidez, entre outros; (ii) Diretriz de “hedge” e comercialização, que orienta a administração das exposições da Companhia aos riscos de produção agrícola esperada e sua comercialização, visa a adoção de instrumentos de “hedge” de moedas e de “commodities” agrícolas, para a proteção da mesma contra riscos de preço, sempre objetivando proteger a margem operacional da Companhia. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado -câmbio	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa	Contratos futuros a termo
Risco de mercado - volatilidade no preço das *commodities*	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa	Contratos futuros a termo
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	*Swaps* de taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento	Não se aplica
Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras	Não se aplica	Não se aplica
Monitoramento dos l imites de crédito / *ratings*	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

5.1. Análise de exposição a riscos - Os riscos de mercado são protegidos de acordo com a estratégia definida na política de gerenciamento de riscos. A Companhia contrata derivativos para reduzir sua exposição aos riscos de mercado. **a) Risco de mercado - câmbio -** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais aplicados de ativos ou aumentam os valores devidos de passivos. Esse risco também decorre dos compromissos de venda produtos existentes em estoque ou ainda em formação com preços a serem fixados, preços estes que variam dependendo da taxa de câmbio. **b) Risco de mercado - volatilidade no preço das “commodities” -** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nos preços de mercado dos produtos agrícolas. **c) Risco de mercado - taxas de juros -** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de operação para sua proteção. As principais aplicações financeiras são representadas substancialmente por operações lastreadas por CDB, indexadas ao CDI, efetuadas com instituições financeiras de primeira linha e com características de alta liquidez e circulação no mercado. **I. Análise de sensibilidade:** A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IGPM e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Aplicações Financeiras	197.927
Empréstimos e financiamentos	(474.323)
Exposição ao risco e taxas de juros	(276.396)

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
CDI	**11,65%**	**14,56%**	**17,48%**
Juros a incorrer - Empréstimos e Mútuo	(14.442)	(18.053)	(21.663)
Receita de aplicações financeiras	2.335	2.919	3.503
Juros a incorrer CDI líquido	(12.107)	(15.134)	(18.160)
IGPM	**14,77%**	**18,46%**	**22,16%**
Juros a incorrer - Empréstimos	(686)	(858)	(1.029)
Juros a incorrer IGPM líquido	(686)	(858)	(1.029)
IPCA	**11,30%**	**14,13%**	**16,95%**
Juros a incorrer - Empréstimos	(575)	(719)	(863)
Juros a incorrer IPCA líquido	(575)	(719)	(863)
Juros a incorrer líquido	(13.368)	(16.711)	(20.052)

d) Risco de crédito - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A estratégia de caixa da Companhia é a preservação do valor do caixa, sendo assim o caixa está aplicado com liquidez diária, em bancos de primeira linha com taxa de juros atrelada a Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **e) Risco de liquidez -** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira da Companhia. A política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos. A tabela apresentada abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais sendo esses essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Após 5 anos
Em 31 de março de 2022				
Empréstimos e financiamentos	196.753	222.608	365.765	-
Passivos de arrendamento	12.712	38	9.007	53.801
Instrumentos financeiros derivativos	62.145	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	39.322	11.214	-	-
Em 31 de março de 2021				
Empréstimos e financiamentos	269.735	127.749	250.384	-
Passivos de arrendamento	2.234	958	8.293	25.177
Instrumentos financeiros derivativos	4.760	28.168	-	-
Fornecedores e outras obrigações	53.710	11.634	-	-

5.2. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos e utilização de instrumentos derivativos - A gestão de riscos financeiros é de responsabilidade do departamento financeiro, o qual avalia a exposição aos riscos de taxa de câmbio e de valor de “commodities” agrícolas existentes nos ativos, passivos e operações previstas na Companhia. Com base na exposição a tais riscos, a Administração da Companhia avalia a conveniência, custo e disponibilidade no mercado de instrumentos financeiros derivativos que permitam reduzir a exposição a tais riscos. Efetuada tal avaliação, a contratação de instrumentos financeiros derivativos é decidida pela Administração dentro dos parâmetros previamente aprovados nas políticas antes referidas. **5.3. Riscos associados a cada estratégia de proteção -** A utilização de instrumentos derivativos como estratégia de proteção reduz os riscos de mudanças nos fluxos de caixa decorrentes dos riscos de taxa de câmbio e preços de “commodities”, porém a variação no valor justo do instrumento contratado pode diferir da variação nos fluxos de caixa ou valor justo dos ativos, passivos ou operações esperadas protegidas, como resultado de diversos fatores tais como, diferenças entre as datas de contratação, datas de liquidação, “spreads” dos ativos e passivos protegidos e as correspondentes pernas dos “swaps”. No caso das operações de proteção de ativos e passivos já reconhecidos que a Companhia tenha optado por proteger, a Administração acredita que os instrumentos financeiros derivativos apresentam alto grau proteção para as variações observadas nos ativos e passivos. No caso da estratégia de proteção de vendas esperadas de “commodities” ou contas a pagar/receber denominadas em “commodities”, podem existir diferenças decorrentes de fatores adicionais como diferenças entre o volume a colher estimado e o real, ou diferenças entre as cotações nos mercados internacionais onde os derivativos são cotados e as cotações nos mercados onde as “commodities” são efetivamente entregues/recebidas pela Companhia. Caso o volume efetivamente colhido resulte inferior ao valor protegido, a Companhia ficará exposta a variações nos preços pelo valor protegido em excesso e vice-versa caso o volume efetivamente colhido seja superior ao valor protegido. Na medida em que a Companhia não fixe por meio de instrumentos derivativos o preço de venda das “commodities”, mas estabeleça uma faixa de preços por meio da utilização de opções, o volume de dólares a ser recebido decorrente da venda das “commodities” e da liquidação das opções é uma faixa de valores. Caso o volume de contratos de venda futura de dólar resulte inferior ao valor recebido, a Companhia ficará exposta a variação na cotação da taxa de dólar pelo valor protegido em excesso e vice-versa caso o volume de contratos de venda futura de dólar resulte superior ao valor recebido.

Continua..➡

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/08/2022 20:18:28 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

DocuSign Envelope ID: D1BB17BA-378E-479A-839A-D05138F89054

..continuação

AGROTERENAS S.A. CANA

Adicionalmente, a Companhia está sujeita ao risco de crédito em relação à contraparte do instrumento financeiro derivativo. A Companhia tem contrato de instrumentos financeiros derivativos em bolsas de valores ou com instituições financeiras ou Companhia "trading" de primeira linha. A Companhia entende que na data do balanço não existem indícios de risco no recebimento dos valores reconhecidos como ativo por seus instrumentos financeiros derivativos. **5.4. Controles sobre utilização de instrumentos derivativos -** Os principais controles estabelecidos sobre a utilização de instrumentos derivativos incluem: (i) Existência de práticas e diretrizes definidas pela Administração da Companhia; (ii) Restrição da contração de operações com derivativos por pequeno grupo autorizado; (iii) Manutenção de um inventário centralizado de contratos derivativos em aberto sob responsabilidade da área financeira; (iv) Monitoramento mensal pela área financeira dos valores justos reportados pelas contrapartes e os valores estimados pela Administração; (v) Valor justo dos derivativos contratados é obtido de acordo com o mercado onde eles foram contratados e onde os instrumentos encontram-se inseridos. **5.5. Determinação do valor justo dos instrumentos derivativos -** Os instrumentos derivativos cotados em bolsas organizadas (BM&FBovespa) são contabilizadas com base nas cotações vigente na data do balanço. Para determinar o valor justo de derivativos não cotados em bolsas organizadas são utilizadas cotações de operações similares ou informações públicas disponíveis no mercado financeiro e metodologias de avaliação geralmente aceitas e praticadas pelas contrapartes. As estimativas não garantem, necessariamente, que tais operações possam ser realizadas no mercado aos valores indicados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação pode ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado. **5.5.1. Instrumentos financeiros derivativos em aberto -** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos relacionados a contratos de "NDFs" de ATR e moedas que estão reconhecidos pelo valor justo no ativo e no passivo (2021 - no passivo) (nota explicativa nº 19). **5.5.2. Impacto dos instrumentos no resultado -** Os impactos dos instrumentos financeiros derivativos no resultado da Companhia estão destacados em contas específicas na demonstração de resultado ("Resultado financeiro") e são classificados em resultados realizados (correspondente a derivativos já liquidados na data do balanço correspondente, se for o caso) e resultados não realizados (correspondentes a derivativos ainda não liquidados) e por tipo de risco que está sendo protegido.

6. Instrumentos financeiros por categoria

Ativo	**Nota**	**2022**	**2021**
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	8	198.002	56.495
Contas a receber	9	84.864	80.984
Partes relacionadas	11	23.712	5.447
Depósitos judiciais	20	4.845	4.824
Outros valores e direitos		8.720	6.348
		320.143	154.098
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	19	135	-
		320.278	154.098
Passivo			
Custo amortizado			
Fornecedores	17	38.578	53.054
Empréstimos e financiamentos	18	474.323	408.564
Passivos de arrendamentos	15	53.848	28.446
Partes relacionadas	11	11.196	10.695
Outros valores e obrigações		762	595
		578.707	501.353
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	19	62.145	32.928
		640.852	534.281

7. Gestão de capital - O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento dos índices de alavancagem financeira, do Grupo Agroterenas em nível consolidado. Estes índices correspondem à Dívida líquida pelo EBITDA, a dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. Também avaliamos o índice da Dívida Bruta pelo Patrimônio Líquido e pelo Ativo Total. Todas essas informações estão demonstradas no balanço patrimonial.

8. Caixa e equivalentes de caixa

Modalidade	**Rendimentos**	**2022**	**2021**
Caixa e bancos		75	85
CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures (i)	75% - 112% CDI (2021 - 97,70% - 103,62% CDI)	197.927	56.410
		198.002	56.495

(i) Aplicações financeiras remuneradas por Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez abaixo de 90 dias e sem risco de alteração significativa de valor. A Companhia pode resgatar imediatamente essas aplicações sem ônus ou restrição. **9. Contas a receber -** As contas a receber de clientes são, substancialmente, decorrentes de vendas no mercado interno de cana-de-açúcar e de soja, com vencimentos inferiores a três meses, e seu valor justo se aproxima do valor contábil nas datas apresentadas. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil do contas a receber.

	2022	**2021**
Contas a receber – mercado interno	84.864	80.340
Outras contas a receber	-	644
	84.864	80.984

O saldo do contas a receber é substancialmente composto por valores a receber com o cliente Raízen, que representa em 31/03/2022 cerca de 34% do saldo de contas a receber, o equivalente a R$29.548, enquanto o restante do saldo é pulverizado entre diversos clientes. As contas a receber de clientes foram agrupadas com base na idade de vencimento de cada título, conforme segue:

	2022	**2021**
A vencer	76.529	74.711
Vencidas:		
Até 6 meses	4.555	70
De 6 meses a 1 ano	3.780	4.773
Acima de 1 ano	-	1.430
	84.864	80.984

A Administração da Companhia avaliou e não identificou a necessidade de registro de provisão para perdas esperadas em 31 de março de 2022 (R$ 6.175 em 2021).

10. Adiantamento de clientes	**2022**	**2021**
Adiantamentos de clientes	122.235	158.927
Circulante	44.807	93.543
Não circulante	77.428	65.384

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição por vencimentos:

	2022	**2021**
2023	35.331	27.956
2024	22.097	25.331
2025	10.000	12.097
2026	10.000	
	77.428	65.384

Os adiantamentos de clientes referem-se, substancialmente, a valores recebidos pela Companhia para a entrega de cana-de açúcar para o seu principal cliente entre as safras 2022/2023, 2023/2024, e2024/2025, nos seguintes volumes: 486 mil toneladas para safra 2022/2023; 472 mil toneladas para safra 2023/2024 e 243 mil toneladas para safra 2024/2025. Esse montante não representa parcela significativa dos compromissos assumidos pela Companhia, conforme divulgado na nota explicativa nº 26.

11. Saldo e transações com partes relacionadas

							Total	
Ativo	**Acionista**	**Holding**	**Citrus**	**Administração**	**Industrial**	**Terras**	**2022**	**2021**
Circulante								
Contas a receber	4.197	-	20	-	-	-	4.217	3
Adiantamentos a fornecedores	1.128	-	-	-	-	-	1.128	261
Não circulante								
Contas a receber (i)	2.584	-	-	-	170	-	2.754	2.398
Mútuo a receber	-	2.785	-	-	12.828	-	15.613	2.785
Passivo								
Circulante								
Dividendos propostos	1.000	81.751	-	-	-	-	82.751	38.094
Outros valores	-	-	-	-	-	-	-	(179)
Não circulante								
Fornecedores (i)	-	84	10.778	-	-	334	11.196	10.515
Empréstimos e financiamento (ii)	65.963	-	-	-	-	-	65.963	50.000
Transações								
Compra de insumos	26.811	-	-	-	-	-	26.811	13.539
Receita	6.781	-	-	-	-	-	6.781	-
Despesa financeira juros de mútuos	2.285	-	-	-	-	-	2.285	-
Remuneração da administração (iii)	-	-	-	2.264	-	-	2.264	2.492

(i) Os saldos de contas a receber e contas a pagar entre as partes relacionadas referem-se substancialmente a gastos de serviços compartilhados entre as empresas do Grupo. Os saldos com partes relacionadas não têm prazo de vencimento definido, as quais são realizadas conforme condições negociadas entre as partes. No caso do saldo de fornecedores, a Companhia possui o compromisso de que o valor não será exigido nos próximos 12 meses. (ii) O saldo de empréstimos e financiamentos refere-se à transação com a pessoa física do acionista, da Companhia. Detalhes da transação, vide nota explicativa nº 18. (iii) O saldo refere-se à remuneração do diretor durante o período de 2022, é parte de contrato de trabalho regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remuneração e benefícios.

12. Estoques	**2022**	**2021**
Insumos	83.569	51.835
Soja (*)	14.999	31.423
Materiais diversos - peças e outros	18.615	14.780
Combustíveis e lubrificantes	4.012	2.119
Outros	2.436	1.438
Adiantamento a fornecedores	17	-
(-) Provisão Itens Obsoletos	(1.068)	(354)
	122.580	101.241

(*) Inclui ajuste à valor justo do produto agricola de R$ 5.394 (R$ 12.894 em 2021). Em 31/03/2022, realizamos uma provisão para perdas nos estoques no valor total de R$1.068 (R$354 em 2021), sendo que R$316 (R$184 em 2021) é relativo aos insumos, R$743 (R$157 em 2021) é relativo aos materiais diversos - peças e outros, R$8 (R$12 em 2021) é relativo aos combustíveis e lubrificantes e R$1 (R$1 em 2021) é relativo a outros.

13. Imposto a recuperar	**2022**	**2021**
Impostos federais (IPI, IRPJ, INSS, IRRF)	4.082	3.186
Contribuições federais (CSLL, COFINS e PIS) (ii)	54.482	-
Impostos estaduais (ICMS) (i)	36.120	34.429
	94.684	37.615
Circulante	62.839	3.452
Não circulante	31.844	34.163

(i) Refere-se a crédito de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), oriundo das entradas de insumos e combustíveis, acumulado devido ao diferimento na venda da cana-de-açúcar. A Companhia tem adotado a Portaria CAT 83/2009, para aproveitamento de tais créditos, que ao serem analisados e deferidos pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, estes poderão ser utilizados para aquisição de ativo imobilizado, compra de insumo agrícolas ou venda dos referidos créditos. O saldo de ICMS apresentado reflete o montante que a Companhia espera realizar no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas. (ii) Em linha com novas jurisprudências e posicionamentos dos órgãos reguladores quanto a definição de insumo na legislação brasileira, a Companhia com apoio de seus assessores jurídicos externos procedeu a avaliação dos créditos de Pis e Cofins não tomados no passado relacionamos a tais insumos. Após avaliação com ajuste de suas obrigações acessórias, procedeu ao reconhecimento de crédito extemporâneo no montante de R$ 70.824. Os tributos a recuperar foram classificados entre circulante e não circulante em função da expectativa de realização desses tributos pela Administração da Companhia, mediante a compensação com futuros débitos desses tributos. Os saldos de créditos classificados no não circulante ficam sujeitos da análise dos órgãos competentes e estes não divulgam tempo previsto para reconhecimento deles, por isso realizamos uma abertura da expectativa de realização destes montantes com base no histórico de liberação e realização da Companhia.

Expectativa de realização:	**2022**
2023	428
2024	10.470
2025	2.671
2026	4.154
2027	4.157
Após 2027	14.240
	36.120

14. Ativos biológicos - Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo de cana-de-açúcar para abastecimento de matéria-prima na produção de açúcar e etanol de seus clientes e grãos (soja, milho e sorgo). Em 31 de março de 2022, a Companhia possui, entre áreas de terras próprias e arrendadas em desenvolvimento e produção (cana em pé), 67.501 hectares (2021 - 66.459 hectares) e para os grãos (soja, milho e sorgo), a Companhia possui uma área total de 14.828 hectares (2021 - 12.108 hectares). Os custos estimados para esse tipo de cultura contemplam: (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica dos ativos biológicos (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com Colheita, Transbordo e Transporte (CTT); (iii) custos de capital (equivalentes a arrendamento de terras e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais quatro safras. Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção), e lavouras de soja que são culturas temporárias e, portanto, não estão classificadas como planta de produção. As plantas de produção e as terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos. O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor acumulado do CONSECANA - SP, acumulado do mês e ajustado na liquidação da safra. Já o valor justo dos grãos colhido é determinado pela quantidade colhida, valorizado a preço de balcão e, caso tenhamos realizado venda futura, utilizamos o preço acordado em contrato. A movimentação dos ativos biológicos nos exercícios findos em 31 de março de 2022 e de 2021 está abaixo demonstrada:

	Cana-de-açúcar	**Soja**	**Milho**	**Sorgo**	**Total**
Saldo em 31/03/2020	**193.092**	**8.246**	**-**	**-**	**201.338**
Acréscimo tratos culturais	128.201	14.225	1.988	-	144.414
(-) Amortização tratos	(133.811)	(7.000)	-	-	(140.811)
(-) Amortização valor justo	(77.844)	(1.246)	-	-	(79.090)
(+) Valor justo - parcerias agrícolas	18.563	-	-	-	18.563
(+) Ajuste a valor justo	194.754	6.867	4.172	-	205.793
Saldo em 31/03/2021	**322.955**	**21.091**	**6.159**	**-**	**350.206**
Acréscimo tratos culturais	183.675	23.263	3.624	670	211.232
(-) Amortização tratos	(158.271)	(14.225)	(1.988)	-	(174.483)
(-) Amortização valor justo	(194.754)	(6.867)	4.172	-	(205.793)
(+) Valor justo - parcerias agrícolas	30.070	-	-	-	30.070
(+) Ajuste a valor justo	313.084	(813)	1.037	602	313.910
Saldo em 31/03/2022	**496.759**	**22.450**	**4.661**	**1.271**	**525.141**

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de venda das "commodities" agrícolas, taxa de desconto, plano de colheita e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. Para a cana-de-açúcar, as principais premissas adotadas pela Companhia na elaboração do cálculo do valor justo: (i) O volume de produção de cana-de-açúcar a ser cortada (produtividade), medida em toneladas, e o nível de concentração de açúcar - ATR foram estimados considerando a produtividade média projetada do canavial por idade de corte; (ii) Os preços de venda são determinados com base no preço médio do quilo do ATR - Açúcar Total Recuperável, publicado pelo Conselho dos Produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA na data da demonstração financeira, adicionado a um bônus; (iii) A produtividade é calculada por talhão de plantação, sendo que cada um possui uma especificidade em relação a solo, material genético, clima etc.; (iv) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado do Grupo, o qual é revisado anualmente pela Administração.

Soja, Milho e Sorgo - Constituem uma cultura temporária cujo ciclo dura menos de 1 (um) ano, e para a soja, milho e sorgo, as principais premissas adotadas pela Companhia na elaboração do cálculo do valor justo são as seguintes: (i) O volume de lavoura de soja, milho e sorgo a ser colhida (produtividade), medida em sacarias de 60 quilos; (ii) Os preços de venda para soja são determinados com base no preço médio da sacaria de soja na região em que são cultivadas, divulgado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), na data da demonstração financeira; (iii) Os preços de venda para milho e sorgo são determinados com base no preço do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada "CEPEA" na data base da demonstração financeira, deduzido custo de frete e colheita quando realizado pelo comprador; (iv) São descontados os custos operacionais já ocorridos para formação da soja, milho e sorgo; os custos a incorrer referentes a colheita e logística; e os impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

15. Arrendamentos - (i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial - Os quadros abaixo apresentam as movimentações dos arrendamentos no período:

Ativos de direito de uso:	**Terras**	**Veículos**	**Imóveis**	**Total**
Saldo em 31 de março de 2021	192.350	741	1.316	194.400
Adições e/ou remensurações	189.899	-	90	189.989
Amortizações	(76.552)	(741)	(589)	(77.882)
Saldo em 31 de março de 2022	305.697	-	817	306.514
Passivos de arrendamentos:	**Terras**	**Veículos**	**Imóveis**	**Total**
Saldo em 31 de março de 2021	194.460	816	1.353	196.630
Adições e/ou remensurações	248.058	-	273	248.331
(-) AVP adições e/ou remensurações	(30.215)	-	(52)	(30.267)
Amortizações Arrendamento	(12.175)	(816)	(710)	(13.701)
Amortizações Parcerias	(87.039)	-	-	(87.039)
Saldo em 31 de março de 2022	313.089	-	864	313.954

O saldo de passivo de arrendamento, é composto por:

	31 de março de 2022	**31 de março de 2021**
Saldo passivo de arrendamento	433.251	285.271
(-) Ajuste a valor presente	(119.297)	(88.642)
	313.954	196.630

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo da provisão com arrendamento mercantil segue abaixo:

Até março de:	
2024	5.003
2025	23.262
2026	28.887
2027	29.472
Após 2027	129.416
	216.040

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado - A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

Amortização dos ativos de direito de uso (valores classificados como custos e despesas - Nota 24)	**2022**
Terras	(9.294)
Veículos	(1.318)
	(10.612)
Valor justo - variações no ativo biológico entregue ao parceiro (Nota 14)	30.070
Realização do AVP (incluídas nas despesas financeiras - Nota 25)	(24.317)
	(4.859)

No exercício findo em 31 de março de 2022 esses pagamentos totalizaram o montante de R$13.701.

16. Imobilizado - a) Movimentações

CUSTO	**Edifícios**	**Máquinas e Acessórios**	**Máquinas e implementos**	**Veículos**	**Móveis e equipamentos**	**Informática**	**Animais**	**Pastagens**	**Outras**	**Lavouras**	**Imobilizações andamentos**	**Total**
Em 31/03/2020	**8.482**	**3.998**	**152.730**	**76.304**	**4.212**	**6.981**	**-**	**12.259**	**12.708**	**1.142.081**	**1.513**	**1.421.268**
Aquisições	-	469	29.138	10.208	305	468	43	5.177	242	134.745	1.489	182.284
Baixas	-	(1)	(11.015)	(1.345)	-	(20)	(5)	-	-	-	-	(12.386)
Transferência	-	-	-	-	-	1.192	-	437	291	-	(1.920)	-
Em 31/03/2021	**8.482**	**4.466**	**170.853**	**85.167**	**4.517**	**8.621**	**38**	**17.873**	**13.241**	**1.276.826**	**1.082**	**1.591.166**
Aquisições	2.471	1.155	31.770	19.095	402	1.657	20.167	4.648	34	180.029	4.337	265.765
Baixas	-	-	(11.933)	(2.695)	(5)	(77)	(39)	-	(8)	-	-	(14.757)
Transferência	-	-	2.208	(2.208)	-	-	-	679	2.002	-	(2.681)	-
Em 31 /03/2022	**10.953**	**5.621**	**192.898**	**99.359**	**4.914**	**10.201**	**20.166**	**23.200**	**15.269**	**1.456.855**	**2.738**	**1.842.174**
DEPRECIAÇÃO												
Em 31/03/2020	**(3.446)**	**(2.383)**	**(71.669)**	**(46.839)**	**(2.663)**	**(5.317)**	**-**	**(7.084)**	**(6.696)**	**(687.780)**	**-**	**(833.877)**
Adição	(338)	(371)	(16.377)	(4.373)	(369)	(605)	(2)	(558)	(921)	(112.064)	-	(135.978)
Baixas	-	-	10.797	1.237	-	4	1	-	-	-	-	12.039
Em 31/03/2021	**(3.784)**	**(2.754)**	**(77.249)**	**(49.975)**	**(3.032)**	**(5.918)**	**(1)**	**(7.642)**	**(7.617)**	**(799.844)**	**-**	**(957.816)**
Adição	(337)	(428)	(18.551)	(6.218)	(383)	(969)	(45)	(486)	(956)	(129.536)	-	(157.909)
Baixas	-	-	11.801	2.573	2	1	1	-	9	-	-	14.387
Em 31/03/2022	**(4.121)**	**(3.182)**	**(83.999)**	**(53.620)**	**(3.413)**	**(6.886)**	**(45)**	**(8.128)**	**(8.564)**	**(929.380)**	**-**	**(1.101.338)**
Taxas médias anuais de depreciação em 2021	4,00%	10,00%	10,50%	15,80%	10,00%	20,00%	-	10,00%	10,00%	25,00%		
Taxas médias anuais de depreciação em 2022	4,00%	10,00%	10,50%	15,80%	10,00%	20,00%	10,00%	10,00%	10,00%	25,00%		
Saldo líquido 31/03/2021	4.698	1.712	93.604	35.192	1.485	2.703	37	10.231	5.624	476.982	1.082	633.350
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.353	1.353
Saldo líquido 31/03/2022	6.832	2.439	108.899	45.739	1.501	3.315	20.121	15.072	6.705	527.475	2.738	742.187

Em 2022 e 2021, as imobilizações em andamentos referem-se a obras de benfeitorias nos edifícios e formação de florestas (reserva ambiental). A vida útil dos ativos imobilizados da Companhia, objeto de cálculo da depreciação reconhecida no resultado do exercício, encontra-se revisada em consonância com o pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado.

b) Outras informações - Em 31 de março de 2022, aproximadamente R$ 353 (2021 - R$2.201) de bens do ativo imobilizado encontravam-se gravados em garantia, e são representados em sua grande maioria por máquinas agrícolas e veículos. A Administração da Companhia avaliou e não identificou a necessidade de registro de provisão para redução desses ativos ao valor de recuperação em 31 de março de 2022 e de 2021.

17. Fornecedores	**2022**	**2021**
Fornecedores	38.578	53.054
	38.578	53.054

Referem-se, substancialmente, a títulos a pagar para fornecedores, pelas compras de insumos e materiais utilizados para produção agrícola.

18. Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos empréstimos e financiamentos - A composição dos empréstimos e financiamentos, todos em moeda nacional, é a seguinte:

Modalidade	**Indexador**	**Taxa de juros ao ano**	**Vencimento final**	**2022**	**2021**
BNDES Finame	URTJLP	URTJLP+4,80%	abr/22	6	277
BNDES Finame	Selic	Selic+5,13%	abr/22	1	138
BNDES Finame	Pré	9,15%	mai/25	345	1.786
BNDES Plantio	URTJLP	URTJLP + 3,30%	jul/21	-	1.469
BNDES Plantio	Selic	SELIC+3,36%	jul/21	-	1.497
BNDES Plantio	Pré	5,50%	set/21	-	15
Capital de Giro	CDI	DI + 3,48%	nov/21	-	38.998
CCE	CDI	DI + 1,83%	fev/25	36.918	78.010
CPR-F	CDI	DI + 1,69%	mar/27	197.014	194.756
CRA	Pós	102% DI	nov/22	10.087	-
CRA	CDI	IPCA +6,233%	ago/27	160.247	40.521
Crédito Rural	Pré	5,50%	nov/22	3.055	-
Mútuo	CDI	DI+1,50%	nov/21	-	50.020
Mútuo	CDI	DI+1,40%	dez/23	65.964	-
PESA	IGP-M	IGP-M+ 4,67%	abr/23	686	1.077
				474.323	408.564
			Circulante	86.071	219.871
			Não circulante	388.252	188.693

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição por vencimentos:

	2022	**2021**
2023	127.246	67.629
2024	56.007	52.489
2025	79.490	44.895
2026	72.477	15.346
2027	53.032	8.334
	388.252	188.693

b) Reconciliação da dívida líquida	**Empréstimos bancários/ Arrendamentos**	**Caixa e equivalentes**	**Dívida líquida**
Dívida líquida em março 2020	**492.662**	**(65.787)**	**426.875**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Obtenção de empréstimos	125.920	-	125.920
Pagamento de empréstimos	(179.049)	-	(179.049)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(23.317)	-	(23.317)
Pagamento de passivos de arrendamentos	(9.456)	-	(9.456)
Caixa e equivalente de caixa consumidos	-	9.291	9.291
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Passivos de arrendamentos	(4.436)	-	(4.436)
Juros sobre arrendamentos	14.269	-	14.269
Juros sobre empréstimos	20.417	-	20.417
Dívida líquida em março 2021	**437.009**	**(56.495)**	**380.515**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Obtenção de empréstimos	266.999	-	266.999
Pagamento de empréstimos	(213.606)	-	(213.606)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(26.908)	-	(26.908)
Pagamento de passivos de arrendamentos	(13.701)	-	(13.701)
Caixa e equivalente de caixa consumidos	-	(142.857)	(142.857)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Passivos de arrendamentos	52.300	-	52.300
Juros sobre arrendamentos	(13.196)	-	(13.196)
Juros sobre empréstimos	39.273	-	39.273
Dívida líquida em março 2022	**528.172**	**(199.352)**	**328.820**

Os passivos de parcerias agrícolas (terras) não são adicionados no cálculo da dívida líquida, pois serão liquidados mediante entrega da cana-de-açúcar, originadas nas operações de parceria agrícola que estão contabilizadas nos ativos biológicos da Companhia. No exercício findo em 31 de março de 2022, as movimentações relacionadas a esses contratos foram: R$249.316 de passivos de arrendamentos, R$87.039 de amortizações de passivos de arrendamentos e R$97.828 de juros sobre arrendamentos. **c) "Covenants" financeiros contratuais -** Determinados contratos de financiamentos mantidos pelo Companhia possuem cláusula restritivas que obrigam a manutenção de determinados índices financeiros durante o período de vigência do contrato, sob pena de tornar o contrato exigível imediatamente. O monitoramento desses cálculos e atingimento dos referidos índices é realizado anualmente pela Administração e eventual descumprimento é discutido com as respectivas instituições financeiras para regularização. No exercício findo em 31 de março de 2022 a Companhia não havia quebrado nenhuma cláusula restritiva.

19. Instrumentos financeiros derivativos - Em 31 de março de 2022, a Companhia possui R$62.145 (2021 - R$32.928) de instrumentos financeiros derivativos relacionados à contratos de "NDF's" de ATR e moedas, que estão reconhecidos pelo valor justo no passivo e R$ 135 que estão relacionados pelo valor justo no ativo (2021 R$ 0).

Descrição	**De 1 a 3 meses**	**De 3 a 6 meses**	**De 6 a 12 meses**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**2022 Total**	**2021 Total**
Mercado a termo							
Ponta Passiva	(62.145)	-	-	-	-	(62.145)	(202.466)
Ponta Ativa	-	-	-	135	-	135	169.538
Valor justo	(62.145)	-	-	135	-	(62.010)	32.928
Total	(62.145)	-	-	135	-	(62.010)	(32.928)
					Circulante	(62.145)	(4.760)
					Não circulante	135	(28.168)

20. Provisão para contingências	**2021**	**Adição**	**Atualização**	**2022**
Cíveis (a)	4.620	-	682	5.302
Trabalhistas (b)	7.494	889	1.109	9.492
	12.114	889	1.791	14.794
(-) Depósitos judiciais (c)	(4.824)	(21)	-	(4.845)
Total líquido	7.290	868	1.791	9.949

(a) Cíveis - Referem-se a ações e procedimentos cíveis, referentes a pedido de indenização.

(b) Trabalhistas - Referem-se a reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores e terceiros.

(c) Depósitos judiciais - Os depósitos judiciais representam ativos restritos da Companhia, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Perdas possíveis - Em 31 de março de 2022 e de 2021 existem processos judiciais trabalhistas, tributários e cíveis, contra a Companhia cuja probabilidade de perda é considerada possível. As ações avaliadas pelos assessores jurídicos como de risco possível totalizaram R$11.749 em 2022 (2021 - R$10.816), sendo R$11.371 relativo a reclamações trabalhistas (2021 - R$10.413) e R$378 de reclamações cíveis (2021 - R$402). Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela Administração da Companhia. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais, a Administração da Companhia é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e, em 31 de março de 2022, não eram conhecidas ações formalizadas contra a Companhia que implicassem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

21. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos - a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos - A Companhia registra os créditos e débitos de imposto de renda ("IR" - alíquota 25%) e contribuição social ("CS" - alíquota 9%), correspondentes à totalidade das diferenças temporárias entre os registros fiscais e contábeis e sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. Considera a análise de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudos elaborados com base em premissas internas e externas e em atuais cenários macroeconômicos e comerciais aprovados pela Administração da Companhia.

	Créditos		**(Débitos)**		**Saldos**	
IR e CS diferidos alíquota de 34%	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Prejuízo fiscal (IR) e base negativa (CS)	-	121.776	-	-	-	121.776
Provisão para contingências	5.030	4.118	-	-	5.030	4.118
Instrumentos Financeiros	9.888	-	-	-	9.888	-
Outras	12.332	13.702	-	-	12.332	13.702
Provisão arrendamentos	-	-	(9.768)	(6.763)	(9.768)	(6.763)
Provisão de receita	-	-	(11.999)	(15.095)	(11.999)	(15.095)
Ativo biológico	-	-	(108.583)	(74.254)	(108.583)	(74.254)
Ajuste a valor presente empréstimo	-	-	(309)	(373)	(309)	(373)
Ajuste da reavaliação da vida útil	-	-	(25.043)	(24.199)	(25.043)	(24.199)
Depreciação incentivada a realizar (i)	-	-	(200.236)	(172.473)	(200.236)	(172.473)
Lucro Real	-	-	(2.199)	-	(2.199)	-
	27.250	139.597	(358.137)	(293.157)	(330.886)	(153.560)

(i) Oriundos do benefício da depreciação acelerada incentivada para companhias agrícolas. São realizados, substancialmente, em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados.

b) Reconciliação da taxa efetiva do IR e CS	**2022**	**2021**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	521.539	245.629
Alíquota nominal	34%	34%
	(177.323)	(83.514)
Reconciliação para a taxa efetiva:		
Outras	(3)	(56)
IR e contribuição social no resultado - correntes	(121.776)	-
IR e contribuição social no resultado - diferidos	(55.549)	(83.570)

22. Patrimônio líquido - a) Capital social - O capital social totalmente integralizado é representado por 287.426.864 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b) Reserva de lucros - Legal:** calculada na base de 5% do lucro líquido do período, antes de qualquer destinação e não excederá a 20% do capital social, nos termos da Lei nº 6.404/76. **Retenção de lucros:** a destinação do saldo da reserva de lucros a serem destinados é definida em Assembleia Geral Ordinária. Em 31 de março de 2022 as reservas de capital e de lucro excederam o capital social em R$ 67.102, a destinação desse excesso será determinado na próxima assembleia geral. **c) Destinação do resultado -** De acordo com o estatuto social da Companhia, o resultado do exercício encerra-se em 31 de março de cada ano, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e da contribuição social. Deste, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações nos lucros eventualmente concedidas aos seus administradores por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, que somente aprovará a distribuição de tais participações em até 25% do lucro líquido, após a dedução da reserva legal. Em 31 de março de 2022, a totalidade do lucro líquido apurado foi utilizado para absorção (redução) do saldo da rubrica de prejuízos acumulados e parte do resultado foi destinado par constituição de reserva legal e distribuição de dividendos, conforme demonstrado abaixo.

	2022	**2021**
Lucro líquido do exercício	344.213	162.059
Absorção prejuízo anos anteriores	-	(5.874)
Constituição de reserva legal - 5%	(17.211)	(7.809)
Base para cálculo do dividendo	327.002	148.376
Percentual de dividendos a pagar	25%	25%
Dividendos obrigatórios propostos no exercício corrente	81.751	37.094
Saldo total de dividendos propostos em 31 de março	**38.094**	**1.000**
Dividendos - estornados do ano anterior	(37.094)	-
Dividendos propostos anos anteriores	64.117	-
Dividendos pagos no exercício corrente	(64.117)	-
Saldo total de dividendos propostos em 31 de março	**82.751**	**38.094**
Circulante	82.751	38.094
Não circulante	-	-

Adicionalmente ao dividendo proposto do período, existia um saldo de R$1.000 em aberto de exercícios anteriores.

23. Receita líquida	**2022**	**2021**
Cana-de-açúcar	866.086	571.542
Soja	106.129	36.065
Milho	7.940	6.995
Outros	7.883	1.402
(-) Tributos sobre venda	(20.254)	(12.884)
Total da receita operacional líquida	967.784	603.120

24. Despesas e custo dos produtos vendidos, por natureza - A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é como segue:

	2022	**2021**
Remuneração do pessoal (i)	(130.333)	(114.788)
Serviços e manutenções	(80.787)	(59.023)
Materiais e insumos	(129.653)	(97.146)
Impostos e taxas	(8.762)	(7.718)
Depreciação e amortização	(168.521)	(144.778)
Serviços sociais e benefícios	(28.323)	(24.760)
Outros	79.779	8.511
	(466.601)	(439.702)
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(503.893)	(402.166)
Despesas gerais e administrativas	(37.601)	(41.022)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas (nota 13ii)	74.893	3.486
	(466.601)	(439.702)

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração - A remuneração dos principais administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido contabilmente como despesa na safra foi de R$2.264 (2021 - R$2.492). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias.

25. Resultado financeiro	**2022**	**2021**
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	10.091	1.891
Resultados com instrumentos financeiros derivativos, líquido	-	-
Outros	919	373
	11.010	2.264
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(42.656)	(20.262)
Realização de AVP - passivos de arrendamentos	(24.317)	(6.139)
Juros diversos	-	(2.933)
Variações cambiais, líquida	(9.386)	(5)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos, líquido	(37.470)	(48.779)
Outros	(20)	(96)
	(113.849)	(78.213)
Resultado financeiro, líquido	(102.839)	(75.949)

26. Compromissos - Contratos de venda para entrega futura - A Companhia possui os seguintes compromissos:

(i) Fornecimento de cana-de-açúcar para a Raízen Ltda. (unidades Maracaí e Paraguaçu Paulista) até o término da safra 2029/2030, correspondentes a, aproximadamente, 4,5 milhões de toneladas para a safra 2022/2023 (4,1 milhões na safra 2021/2022).

(ii) Compromisso firmado de fornecimento de cana-de-açúcar até o término da safra 2026/2027, para a Usina Eldorado S.A. (Atvos - Polo de Mato Grosso do Sul), correspondentes a, aproximadamente, 1,4 milhão de toneladas com produção estabilizada para a safra 2022/2023 (1,3 milhões de toneladas na safra 2021/2022).

27. Coberturas de seguros - Em 31 de março de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	**Riscos cobertos**	**Montante da cobertura**
Patrimônio e estoques	Equipamentos Móveis com Roubo/ Furto, Responsabilidade Civil, danos elétricos - Todo dano externo no equipamento. Vendaval,furacão, ciclone, tornado, chuva de granizo e fumaça	16.000

DIRETORIA
NIVALDO FARIA DE SOUZA - Gerente de Controladoria
Eduardo Henrique Rodrigues - Supervisor Contábil - CRC 1SP 270473/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros, Acionistas e Administradores da **Agroterenas S.A. Cana**

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Agroterenas S.A. Cana ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agroterenas S.A. Cana em 31 de março de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Concentração de receita - Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia possui 69,93% de sua receita bruta concentrada em um único cliente. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 8 de julho de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/08/2022 20:18:35 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733105E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*